

CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Liberal Class.: 07

Data 29/03/84 Pg.: \_\_\_\_\_

(Lucio Flavio Pinto)

4468

# Guerra desigual

A situação da malária na Amazônia poderá agravar-se ainda mais neste ano. Provavelmente nenhum dos técnicos e dirigentes da Sucam, que participam da reunião atualmente em realização em Belém, fará uma previsão dessas. A maioria deles declara-se otimista e crê na possibilidade de recuperação do espaço perdido no ano passado. Mas as conversas informais e, mais do que elas, as informações disponíveis indicam uma tendência para o aumento do número de casos, elevação do índice de positividade e, provavelmente, maior morbidade.

No ano passado, a Sucam ficou alguns meses sem DDT para aplicar na borrifação, seu principal instrumento de combate à malária. A Cacex demorou até autorizar as importações, necessárias para compensar o fim da produção desse inseticida no Brasil. Assim, a Sucam não pôde completar o programa de borrifação iniciado no primeiro semestre.

O DDT é um produto estratégico. Qualquer que seja a opinião que se tenha a respeito da monocultura praticada pela Sucam com esse inseticida, ele é a base de todo o esquema de ação. A curto prazo, não há outra saída. No entanto, havia apenas um fabricante do produto no país. O governo, ciente dessa dependência, não tomou nenhuma medida para prevenir o risco decorrente desse mercado de um só vendedor e um único comprador.

Sem a produção nacional e sob a ameaça de perda de toda a tecnologia do processo produtivo, a Sucam terá que comprar inseticida no exterior. Significa pagar em dólar, moeda escassa no país. Significa também a redução da capacidade de comprar DDT. Pode-se imaginar as dificuldades que os técnicos da área de saúde pública devem enfrentar para convencer a tecnocracia a fechar os contratos de câmbio para a importação de medicamentos.

Malária, para eles, é exotismo.

Não só malária, aliás. Décimo PIB do planeta, o Brasil está no final da fila quando se trata de comparar a participação das despesas com saúde nos orçamentos nacionais. Por força da dramaticidade que sempre acompanha o noticiário sobre recrudescimento de malária (arrepia todos os cabelos dos turistas), a Sucam recebeu um reforço de dois bilhões de cruzeiros do Finsocial para o seu orçamento de malária do ano passado, no valor de 10 bilhões. A rubrica prevê, para este ano, 22 bilhões, com a possibilidade (que todos sabemos ser remota, devido ao déficit do Fundo) de receber mais oito ou 10 bilhões do Finsocial.

O aumento não cobrirá nem a inflação do período. Com a agravante de que a Sucam irá comprar o DDT todo em dólar, prevendo gastar 3,6 milhões com o primeiro lote, de 1.800 toneladas. Ao câmbio do dia, são cinco bilhões de cruzeiros, 20% do orçamento para malária. Como serão duas compras, elas consumirão quase metade dos recursos atualmente disponíveis.

O encontro que se realiza em Belém mostra a disposição da Sucam de inovar metodologicamente para se adequar aos tempos de carência. O empenho de todos, através de medidas como a estratificação (que significa atacar prioritariamente onde há maior concentração de casos), é para recuperar o que foi perdido no segundo ciclo do ano passado. Todos declaram que vão conseguir. Mas como, se não há recursos nem para a atualização monetária?

Em janeiro e fevereiro deste ano a Sucam registrou o dobro de casos ocorridos em igual período do ano passado: 40 mil. Se a média mantiver-se no inverno (depois cairá naturalmente), significará uma expansão ainda maior de casos de malária.

Em 1982 foram 220 mil, em 1983, 270 mil e, neste ano, poderiam atingir mais de 350 mil. Ou, quem sabe, 400 mil.

O otimismo com que o pessoal da Sucam encara esse desafio decorre da estratégia que estão começando a adotar: ao invés de dispersar recursos e esforços para abranger todo universo, dirigem o ataque para os focos principais. O maior deles são os garimpos. Quarenta garimpos (dos 400 cadastrados pela Sucam) são responsáveis por 70% dos casos de malária na Amazônia.

Esta é a outra face da riqueza dos garimpos: as péssimas condições de vida e de trabalho que espera os garimpeiros. A Sucam colocou mais 200 guardas nos garimpos de Itaituba no ano passado, mas o ativador do problema é social. É praticamente impossível evitar a malária nesses garimpos, ao menos como eles funcionam na Amazônia. No máximo, pode-se evitar que eles se transformem num enorme desperdício de vidas e de saúde.

Há tantos anos participando do "front" anti-amarílico, o Brasil ainda está incredulamente atrasado quanto a vários setores decisivos da vanguarda e da retaguarda dessa luta. Não dominar a produção de matéria-prima é um exemplo. Pesquisas ainda incipientes é outro. Só agora estão sendo estudados os hábitos e a morfologia dos vetores. A questão de suscetibilidade, resistência ou reação ao DDT ainda permanece quase no puro empirismo. Mas nada é mais desgastante do que o des-caso dispensado aos determinantes sociais dos problemas de saúde.

Se a Sucam recebe 22 bilhões de cruzeiros para combater a malária, os responsáveis pelo avanço das frentes econômicas, principal causador do crescimento da doença, gastam várias vezes essa quantia. É o confronto de David com Golias. Sem a possibilidade de intervenção divina.